

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Exa. a Ministra Adjunta e dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Nº: 42
ENT.: 111

SUA COMUNICAÇÃO DE
10-01-2024

NOSSA REFERÊNCIA
Nº: 1118/2024
ENT.: 234/2024
PROC. Nº: 696/2022

DATA
05-02-2024

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 322/XV/2.ª, de 10 de janeiro de 2024, do Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata (Deputada Paula Cardoso e outros) – Falta de condições em sala de audiências do Tribunal do Seixal

Em referência ao ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Exa. a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete



Filipa Sobral Torres

NL/OC

Nota

Assunto: Resposta à Pergunta Parlamentar n.º 322/XV/2.ª de 10 de janeiro de 2024.

As (os) deputadas(os) Paula Cardoso, Andreia Neto, Mónica Quintela, Ofélia Ramos, Fernando Negrão, André Coelho Lima, Emília Cerqueira, Sara Madruga da Costa, Catarina Rocha Ferreira, Clara Marques Mendes, Cristiana Ferreira, Hugo Carneiro, João Moura, Lina Lopes, Sofia Matos, Nuno Carvalho e Fernanda Velez, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm apresentar à Senhora Ministra da Justiça as seguintes perguntas, relativas falta de condições em sala de audiências do Tribunal do Seixal.

- 1 - Tem a Sra. Ministra da Justiça conhecimento de que chove na sala de audiências do Tribunal do Seixal?
- 2 - Que medidas é que o Governo já adotou para resolver esta situação?
- 3 - Quando é que o Governo estima ter esta situação definitivamente resolvida de modo a devolver a dignidade devida àquele tribunal?

No contexto das questões colocadas, cumpre-nos informar o seguinte:

A área governativa da justiça empreendeu após o início do mandato um trabalho muito intenso, em estreita articulação com todos os parceiros da área da justiça, no sentido de identificar as intervenções mais urgentes e mais prioritárias a atender em matéria do edificado da justiça.

Foi assim possível, após esse trabalho de levantamento exaustivo, concluído em dezembro de 2022, propor um Plano Plurianual de Investimentos para a área da justiça, a concretizar nos anos de 2023 a 2027, o qual veio a ser aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2023, de 9 de outubro, contemplando um investimento global de 200,7M€ + Iva.

Na área dos tribunais, prevê-se investimento em todas as Comarcas do país, sem exceção, consoante as necessidades identificadas.

A intervenção no Palácio de Justiça do Seixal (comarca de Lisboa) foi uma das situações identificadas na área governativa da justiça, e como tal incluída na referida Resolução de Conselho de Ministros n.º 119/2023, de 9 de outubro, que aprovou o Plano Plurianual de Investimentos na Área da Justiça 2023 -2027.

Sem prejuízo da aprovação do Plano Plurianual em outubro de 2023, foram sendo adotadas medidas ao longo do ano de 2023 capazes de resolver as situações mais urgentes.

É disso exemplo a publicação do Anúncio de Procedimento n.º 9516/2023, de 9 de junho, através do qual foi lançado o procedimento de concurso público para a “Empreitada de reabilitação da cobertura, juntas de dilatação e outras reparações pontuais no Palácio da Justiça do Seixal”, com o preço base de 348mil€ + Iva.

A empreitada foi, entretanto, adjudicada, encontrando-se a decorrer as respetivas obras. Os trabalhos de reabilitação da cobertura foram divididos em 2 fases, para minimizar o impacto no funcionamento do tribunal, estando atualmente já a decorrer a 2.ª fase. Para tanto, as salas intervencionadas foram protegidas com lonas. A elevada queda de precipitação, em particular aquele que se registou no dia 03.01.2024, acabou por afetar os trabalhos de reabilitação, entrando, inadvertidamente, água nas instalações do tribunal, apesar das proteções colocadas.

Esta situação foi pontual, originada pelos trabalhos em curso de intervenção na cobertura e agravada pelas condições climatéricas que se verificaram, tendo o empreiteiro no local, tomado conta da ocorrência, solucionando imediatamente os danos causados.

Prevê-se que a conclusão da empreitada ocorra ainda durante o primeiro semestre de 2024.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Lisboa, 15 de janeiro de 2024